

INTERSECCIONALIDADES E SABERES DOCENTES: UMA ANÁLISE TEÓRICA NO CAMPO EDUCACIONAL

Ranielton Dantas de Araújo

Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará, Brasil.

dantas.ranielton@gmail.com

Marcelo Ribeiro da Silva

Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará.

marceloproficial@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir teoricamente o conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão dos saberes docentes no campo educacional. Parte-se da perspectiva de que a interseccionalidade, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw (1989), permite analisar a articulação entre diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, na produção das desigualdades. Em diálogo com Patricia Hill Collins (2021), compreende-se que tais relações se organizam em uma matriz de dominação, estruturando experiências sociais de forma interdependente. No âmbito educacional, essa abordagem possibilita problematizar a ideia de neutralidade na docência. Articulando com Maurice Tardif (2002), entende-se que os saberes docentes são construções sociais, históricas e situadas, produzidas a partir das experiências e práticas dos sujeitos. Assim, defende-se que tais saberes são atravessados por múltiplas dimensões interseccionais, influenciando práticas pedagógicas e relações no contexto escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico. Como contribuição, o estudo amplia a compreensão da docência como prática situada, marcada por relações de poder e diferenças sociais.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Saberes docentes; Educação.

A educação constitui um espaço central na formação dos sujeitos e na produção de sentidos sociais, sendo atravessada por relações de poder, diferenças e desigualdades historicamente constituídas. Longe de se configurar como um campo neutro, a prática educativa envolve dimensões políticas, culturais e sociais que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Conforme destaca Paulo Freire (1996), o ato educativo é inerentemente político, implicando escolhas e posicionamentos que refletem visões de mundo e contextos específicos. Nesse cenário, emerge a necessidade de aprofundar análises que considerem a complexidade dos sujeitos e das relações que se estabelecem no interior da escola.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo está relacionada à crescente demanda por abordagens teóricas que permitam compreender as múltiplas dimensões que atravessam a educação contemporânea, especialmente no que se refere às desigualdades sociais. Este artigo configura-se como um desdobramento de uma pesquisa de mestrado em andamento, a qual utiliza o conceito de interseccionalidade para analisar as histórias de vida de docentes LGBTQIA+. Nesse sentido, o presente texto recorta e aprofunda a discussão teórica acerca da interseccionalidade, entendendo-a como fundamental para a compreensão das experiências docentes atravessadas por marcadores sociais da diferença.

Inicialmente formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), a interseccionalidade propõe analisar a articulação entre diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade. As contribuições de Patricia Hill Collins (2021) ampliam essa perspectiva ao introduzir o conceito de matriz de dominação, evidenciando a interdependência das estruturas de poder que organizam a vida social. No campo educacional, tais discussões permitem problematizar a escola como um espaço atravessado por essas múltiplas determinações, no qual sujeitos diversos interagem e constroem experiências marcadas por suas posições sociais.

Ao considerar que estudantes e professores são atravessados por diferentes marcadores sociais, torna-se fundamental refletir sobre como essas dimensões impactam práticas pedagógicas e relações escolares. Nessa direção, os saberes docentes, conforme discutidos por Maurice Tardif (2002), são compreendidos como construções sociais e experienciais, produzidas no contexto da prática e influenciadas pelas trajetórias dos sujeitos. Assim, pensar os saberes docentes a partir de uma perspectiva interseccional possibilita tensionar a ideia de neutralidade na docência e ampliar a compreensão sobre a complexidade do fazer pedagógico.

Metodologicamente, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, fundamentada na análise de produções acadêmicas que abordam a interseccionalidade e os saberes docentes.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é discutir teoricamente o conceito de interseccionalidade, com ênfase nas contribuições de Patricia Hill Collins (2021), e analisar suas implicações para a compreensão dos saberes docentes no campo educacional.

1. INTERSECCIONALIDADE: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS

A interseccionalidade tem se consolidado como uma importante ferramenta teórico-analítica para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente no que se refere à produção e manutenção das desigualdades. Formulada inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989), a noção de interseccionalidade emerge no contexto das críticas do feminismo negro às abordagens que tratavam gênero e raça de forma isolada, evidenciando a insuficiência dessas análises para compreender as experiências de mulheres negras. Nesse sentido, a autora propõe uma leitura que considera a articulação simultânea de múltiplos marcadores sociais, deslocando a análise de uma perspectiva fragmentada para uma compreensão relacional e integrada das opressões.

Entretanto, é a partir das contribuições de Patricia Hill Collins (2021) que a interseccionalidade adquire maior densidade teórica, especialmente ao ser compreendida como parte de uma estrutura mais ampla, denominada “matriz de dominação”. Para a autora, as relações de poder que organizam a sociedade não operam de forma independente, mas constituem um sistema interdependente no qual raça, classe, gênero e sexualidade se articulam de maneira complexa. Essa perspectiva desloca a interseccionalidade de uma abordagem meramente descritiva para um instrumento analítico capaz de evidenciar como as desigualdades são estruturadas e reproduzidas em diferentes contextos sociais.

Para tanto, nos esclarece Patricia Hill Collins (2021),

A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. [...] Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior

poder que envolvem raça, gênero, classe e gênero, por exemplo, não se manifestação como entidades distintas e mutualmente excludentes [...] (COLLINS, 2021, p. 16)

Ao analisar a interseccionalidade a partir dessa chave interpretativa, torna-se possível compreender que os sujeitos ocupam posições sociais que não podem ser explicadas por categorias únicas. Assim, as experiências vividas são produzidas no entrecruzamento de diferentes eixos de poder, o que implica reconhecer a heterogeneidade dos sujeitos e a complexidade das relações sociais. Tal compreensão desafia perspectivas universalizantes, que tendem a homogeneizar experiências e invisibilizar desigualdades específicas.

No campo educacional, a incorporação da interseccionalidade como ferramenta analítica possibilita uma leitura mais crítica das práticas e das relações escolares. A escola, enquanto instituição social, não está dissociada das estruturas de poder que organizam a sociedade, sendo, ao contrário, um espaço no qual tais estruturas se manifestam, se reproduzem e, potencialmente, podem ser tensionadas. Nesse sentido, a interseccionalidade permite problematizar como marcadores sociais atravessam o cotidiano escolar, influenciando desde a organização curricular até as interações entre professores e estudantes.

Essa perspectiva evidencia que as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas de forma isolada, mas devem ser analisadas a partir das múltiplas dimensões que constituem os sujeitos. Por exemplo, experiências escolares distintas podem ser produzidas a partir das intersecções entre raça, gênero e classe, afetando trajetórias, expectativas e oportunidades no interior da escola. Dessa forma, a interseccionalidade contribui para desnaturalizar práticas e discursos que, muitas vezes, operam de maneira implícita na reprodução de desigualdades.

Ao mesmo tempo, a abordagem interseccional não se limita à identificação de opressões, mas também possibilita compreender espaços de resistência e agência. Ao reconhecer que os sujeitos são constituídos por múltiplas dimensões, abre-se a possibilidade de pensar práticas educativas que valorizem a diversidade e promovam a equidade. Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser mobilizada como um instrumento crítico na formação de professores e na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças.

Contudo, a incorporação da interseccionalidade no campo educacional ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à sua operacionalização teórica e metodológica. Muitas

vezes, o conceito é utilizado de forma superficial ou desarticulada, reduzido à simples menção de marcadores sociais, sem que haja uma análise efetiva das relações de poder que os constituem. Tal uso fragiliza seu potencial crítico, esvaziando sua capacidade de produzir leituras mais profundas sobre as desigualdades.

Diante disso, torna-se fundamental reafirmar a interseccionalidade como uma perspectiva analítica que exige rigor teórico e articulação consistente com os contextos empíricos e educacionais. Ao ser compreendida em sua complexidade, especialmente a partir das contribuições de Patricia Hill Collins (2021), a interseccionalidade possibilita não apenas a análise das desigualdades, mas também a construção de caminhos para sua problematização no âmbito da educação.

Assim, ao tensionar visões simplificadoras e universalizantes, a interseccionalidade se afirma como um referencial indispensável para pensar a educação em sua relação com as múltiplas dimensões que constituem os sujeitos, oferecendo subsídios teóricos para análises mais críticas e contextualizadas das práticas e das relações escolares.

2. SABERES DOCENTES NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: UMA LEITURA A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE

Pensar os saberes docentes na educação do século XXI implica reconhecer as profundas transformações sociais, culturais e políticas que atravessam a contemporaneidade e impactam diretamente o trabalho pedagógico. A escola, inserida em um contexto marcado pela diversidade, pela intensificação das desigualdades e pela emergência de novas demandas sociais, exige dos professores uma atuação que vá além da transmissão de conteúdos, demandando uma postura crítica, reflexiva e sensível às múltiplas dimensões que constituem os sujeitos. Nesse cenário, os saberes docentes assumem um papel central na mediação entre conhecimento, experiência e realidade social.

De acordo com Maurice Tardif (2002), os saberes docentes são construídos ao longo da trajetória profissional e pessoal dos professores, sendo resultantes da articulação entre saberes da formação, saberes da experiência e saberes curriculares. Tal compreensão rompe com a ideia de que o conhecimento docente é exclusivamente técnico ou científico, evidenciando seu caráter social, histórico e situado. No entanto, ao considerar as demandas da educação contemporânea, torna-se necessário ampliar essa perspectiva, incorporando elementos que

permitam compreender como tais saberes são atravessados por marcadores sociais e relações de poder.

É nesse ponto que a interseccionalidade se apresenta como um aporte teórico fundamental. A partir das contribuições de Patricia Hill Collins (2021), especialmente com a noção de matriz de dominação, torna-se possível compreender que os sujeitos, incluindo os professores, são constituídos por múltiplas dimensões interdependentes, como raça, gênero, classe e sexualidade. Dessa forma, os saberes docentes não podem ser compreendidos como universais ou neutros, mas como produções situadas, atravessadas por experiências interseccionais que influenciam a prática pedagógica.

Na educação do século XXI, essa compreensão torna-se ainda mais relevante diante da crescente visibilidade das diferenças no espaço escolar. A presença de sujeitos diversos, com trajetórias e identidades plurais, tensiona práticas pedagógicas tradicionalmente baseadas em modelos homogêneos de ensino. Nesse contexto, os saberes docentes precisam ser constantemente (re)significados, de modo a responder às demandas de uma educação que reconheça e valorize a diversidade. A interseccionalidade, ao evidenciar a complexidade das experiências sociais, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas, capazes de problematizar desigualdades e promover equidade.

Além disso, pensar os saberes docentes a partir da interseccionalidade implica reconhecer que os próprios professores ocupam posições diferenciadas na estrutura social. Suas experiências de vida, marcadas por diferentes pertencimentos sociais, influenciam suas percepções, expectativas e formas de atuação no contexto escolar. Nesse sentido, os saberes docentes são também atravessados por vivências de opressão e privilégio, o que pode impactar tanto a reprodução quanto o enfrentamento das desigualdades no espaço educativo. Tal perspectiva amplia a compreensão da docência, deslocando-a de uma visão técnica para uma prática profundamente implicada nas relações sociais.

Ao mesmo tempo, essa abordagem permite problematizar a formação docente, evidenciando a necessidade de incorporar discussões sobre diversidade, equidade e justiça social nos processos formativos. A formação de professores, ao considerar a interseccionalidade, pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conscientes e comprometidas com a transformação social. Nesse sentido, os saberes docentes

deixam de ser apenas instrumentos de ensino para se constituírem como ferramentas de intervenção crítica na realidade.

Contudo, a incorporação da interseccionalidade na construção dos saberes docentes ainda enfrenta desafios significativos. Muitas vezes, as práticas educativas permanecem ancoradas em perspectivas universalizantes que desconsideram as especificidades dos sujeitos, reproduzindo desigualdades de forma implícita. Além disso, a ausência de formação adequada sobre essas temáticas dificulta a apropriação crítica do conceito por parte dos professores, limitando seu potencial transformador. Dessa forma, torna-se fundamental investir em processos formativos que promovam o diálogo entre teoria e prática, possibilitando a construção de saberes docentes alinhados às demandas da contemporaneidade.

Diante desse cenário, a articulação entre interseccionalidade e saberes docentes revela-se como uma perspectiva potente para pensar a educação do século XXI. Ao reconhecer a complexidade dos sujeitos e das relações sociais, essa abordagem contribui para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças, comprometidas com a equidade e orientadas para a transformação social. Assim, os saberes docentes, quando compreendidos em sua dimensão interseccional, assumem um papel estratégico na construção de uma educação mais justa, democrática e inclusiva.

Ademais, ao situar os saberes docentes na contemporaneidade, torna-se imprescindível considerar os impactos das transformações tecnológicas, informacionais e comunicacionais que reconfiguram as formas de ensinar, aprender e se relacionar no espaço escolar. A cultura digital, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de acesso ao conhecimento, também intensifica desigualdades já existentes, evidenciando novas camadas de exclusão que se articulam a marcadores sociais como classe, território e raça.

Nesse contexto, uma leitura interseccional dos saberes docentes contribui para que os professores não apenas incorporem tecnologias em suas práticas, mas o façam de maneira crítica, refletindo sobre quem tem acesso, em que condições e com quais implicações. Assim, a docência no século XXI demanda a construção de saberes que integrem dimensões pedagógicas, sociais e tecnológicas, orientados por um compromisso ético com a equidade, a justiça social e a valorização das múltiplas experiências que atravessam o cotidiano escolar.

CONCLUSÕES

Diante das discussões apresentadas, o presente estudo possibilitou compreender a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-analítica fundamental para a análise das dinâmicas sociais no campo educacional, especialmente no que se refere à constituição dos saberes docentes. Ao evidenciar a articulação entre diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, a interseccionalidade, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada por Patricia Hill Collins (2021), permite tensionar leituras simplificadoras e universalizantes sobre a docência, evidenciando seu caráter situado, relacional e atravessado por relações de poder.

Nesse sentido, ao articular a interseccionalidade com a perspectiva dos saberes docentes, conforme discutida por Maurice Tardif (2002), foi possível compreender que tais saberes não se constituem de forma neutra ou homogênea, mas são produzidos a partir das trajetórias, experiências e posicionamentos sociais dos sujeitos. Assim, os professores, enquanto sujeitos históricos e sociais, constroem seus saberes no entrecruzamento de múltiplas dimensões que influenciam suas práticas pedagógicas, suas percepções sobre os estudantes e suas formas de atuação no cotidiano escolar.

A análise desenvolvida ao longo do trabalho evidenciou que a incorporação de uma perspectiva interseccional no campo educacional contribui para problematizar a escola como um espaço atravessado por desigualdades, mas também como um território de disputas, resistências e possibilidades de transformação. Ao reconhecer que os sujeitos que compõem o espaço escolar são diversos e ocupam posições distintas na estrutura social, torna-se possível compreender que as práticas pedagógicas não são neutras, mas carregam marcas dessas diferenças, podendo tanto reproduzir quanto tensionar desigualdades.

Além disso, ao considerar os saberes docentes na educação do século XXI, destaca-se a necessidade de uma atuação profissional que seja sensível às múltiplas dimensões que constituem os sujeitos. Nesse contexto, a interseccionalidade se apresenta como um aporte teórico potente para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a equidade. Ao evidenciar a complexidade das experiências sociais, essa abordagem contribui para que os professores possam refletir sobre suas próprias práticas, reconhecendo os atravessamentos que influenciam seu fazer pedagógico.

No entanto, o estudo também aponta para os desafios que envolvem a incorporação da interseccionalidade na formação e na prática docente. Muitas vezes, o conceito é utilizado de

forma superficial, reduzido à simples menção de marcadores sociais, sem que haja uma análise efetiva das relações de poder que os constituem. Tal limitação evidencia a necessidade de aprofundamento teórico e de investimento em processos formativos que possibilitem uma apropriação crítica da interseccionalidade no campo educacional.

Dessa forma, torna-se fundamental que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, incorpore discussões que articulem interseccionalidade, diversidade e justiça social, contribuindo para a construção de saberes docentes mais alinhados às demandas da contemporaneidade. Tal movimento implica reconhecer que a docência não se restringe à transmissão de conteúdos, mas se configura como uma prática social e política, comprometida com a transformação das realidades educacionais e com a promoção de uma educação mais justa e democrática.

Por fim, o presente estudo reafirma a importância de compreender os saberes docentes a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando que tais saberes são atravessados por múltiplas dimensões que influenciam diretamente o fazer pedagógico. Ao tensionar a ideia de neutralidade na docência e ao reconhecer a complexidade dos sujeitos e das relações sociais, a interseccionalidade se consolida como um referencial teórico indispensável para pensar a educação no século XXI, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais conscientes, críticas e comprometidas com a equidade e a valorização das diferenças.

Por fim, destaca-se que as reflexões aqui levantadas não se encerram neste estudo, mas se constituem como uma pausa provisória em um campo de investigação que permanece em constante construção. A interseccionalidade, ao evidenciar a complexidade e a dinamicidade das relações sociais, não se configura como uma abordagem acabada ou totalizante, mas como um horizonte analítico aberto, em permanente (re)elaboração.

Nesse sentido, os questionamentos suscitados ao longo deste trabalho apontam para a necessidade de continuidade das investigações, especialmente no campo educacional, onde as múltiplas dimensões que atravessam os sujeitos e suas práticas demandam análises cada vez mais aprofundadas. Assim, compreender a docência a partir de uma perspectiva interseccional implica reconhecer o caráter inacabado tanto da produção do conhecimento quanto das próprias experiências sociais, reafirmando a importância de manter o debate em movimento, de forma crítica, situada e comprometida com a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

